



## EM DEFESA DO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL DO SUS, DA RAPS E DA DEMOCRACIA

*Dezembro de 2020*

O novo Corona vírus conseguiu provocar não só alterações orgânicas, mas um colapso geral nos sistemas de saúde, na economia e nas relações interpessoais em todo o planeta. Mentalmente, o ser humano se debate, em meio à pandemia, entre o otimismo de que tudo vai passar e o mais completo desespero.

No Brasil a pandemia denunciou a tremenda incapacidade do aparelho de Estado para lidar com situações complexas e de extrema emergência. A atuação de nossos poderes executivo, legislativo e judiciário é patética. Sem atender ao prioritário, sem capacidade de estabelecer negociações produtivas, sem conseguir superar seus próprios interesses eleitoreiros, os poderes constituídos deixaram a nação confusa, desacreditada e em situação de abandono.

Nossos setores de organização social são, historicamente, aparelhados para servir aos interesses das classes dominantes. O sistema de saúde brasileiro é um dos poucos setores que, embora com dificuldades, estava conseguindo sobreviver aos esquemas de clientelismo e loteamento político, típicos de nossa democracia depauperada. Tínhamos, até recentemente, um Ministério da Saúde relativamente bem estruturado, que conseguiu implementar experiências inovadoras e com competência demonstrada em diversas áreas, como em campanhas de vacinação e na reforma do modelo de atenção em saúde mental. Tudo isso ancorado em uma das maiores conquistas da humanidade, o Sistema Único de Saúde, brilhantemente implantado a partir do trabalho coletivo e colaborativo de cientistas, profissionais da atenção e sociedade civil organizada.

A sensatez apontava que, em meio a pandemia, fosse aproveitada a estrutura de Saúde Pública arduamente construída. Mas, de forma estarrecedora, o grupo que atualmente ocupa o Ministério da Saúde resolveu continuar com o processo de desmonte da Política Nacional de Saúde Mental do SUS, que vem paulatinamente e obstinadamente conduzindo desde meados de 2015. Naquele ano uma tentativa de colocar um coordenador de saúde mental contrário aos princípios do SUS gerou o movimento “Fora Valencius”, que culminou com a ocupação do Ministério da Saúde por militantes da Reforma Psiquiátrica por cerca de três meses. Desde então os ataques se multiplicaram, tanto ao SUS como à sua Política de Saúde Mental. Esforços se orquestraram para colocar a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), entidade francamente contrária à Política de Saúde Mental do SUS, como controladora da Coordenação de Saúde Mental, com fins de levar adiante o processo de desmonte e promover a volta ao modelo anterior, privatista, fundado na visão única de terapêutica medicamentosa e à base de procedimentos duvidosos, como por exemplo aplicações em massa de eletrochoques, e decisivamente manicomial.

A pandemia passou a cobrar um alto preço à saúde mental da nação. O bom senso apontava para, pelo menos, uma trégua no desmonte do Estado, em nome do bem estar coletivo. Mas, na contramão da saúde coletiva, os atuais ocupantes do Ministério da Saúde, de forma oportunista, tentam “passar sua boiada”. Sem respeito pelo SUS, pela democracia ou pelos cidadãos brasileiros, engendraram um “revogaço” que, de uma só vez, busca acabar com a espinha dorsal do sistema de saúde mental, reconhecido como referência internacional. Acaba com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com consultórios de rua e Unidades de Acolhimento, essenciais para o tratamento de problemas com álcool de drogas, e propõe a ambulatorização do sistema, um retrocesso frente às evidências científicas de inferioridade deste esquema, e a volta ao modelo manicomial. Tudo respaldado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, órgão formado por cargos de comissão de partidos políticos, a ABP e, o mais vergonhoso, com apoio irrestrito do Ministério da Saúde.

Mais uma vez os movimentos sociais conseguiram, temporariamente, barrar mais esta aberração. A reação dos grupos de desmonte foi dúbia. Por um lado, a proposta de desmonte foi retirada da pauta da reunião de dezembro da Comissão Intersetorial Tripartite (CIT) e a ABP tentou minimizar sua participação na ação. Logo a seguir foi anunciada a renúncia da atual coordenadora de saúde mental e nomeado um novo coordenador.

O novo coordenador de saúde mental deveria, minimamente, ter tradição reconhecida expertise, e compromisso demonstrado com a Saúde Pública ou com a Saúde Mental Coletiva. Ou seja, deveria apresentar um currículo que aponte seu preparo para o cargo. Não deveria ser apenas um fiel correligionário do presidente ou do ministro da saúde, nem comprometido com práticas intensamente criticadas no contexto discursivo e prático da promoção, prevenção e reabilitação psicossocial. A nação brasileira deve continuar atenta ao que ocorre no Ministério da Saúde, cuja ação já importante em situações de normalidade, torna-se absolutamente crucial em meio à pandemia do novo Corona vírus, quando a saúde mental do povo brasileiro necessita mais que nunca de gestão compatível com a Ciência e com os preceitos respeitosos à Democracia e à dignidade dos cidadãos.

Walter Ferreira de Oliveira  
Editor Científico  
CBSM

Crédito de imagem  
Equipe de CAPS-AD de Jaraguá do Sul/SC

